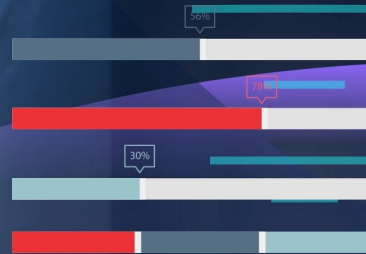
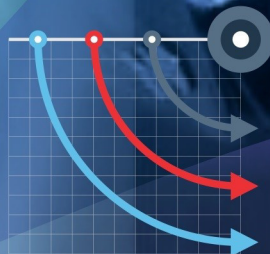
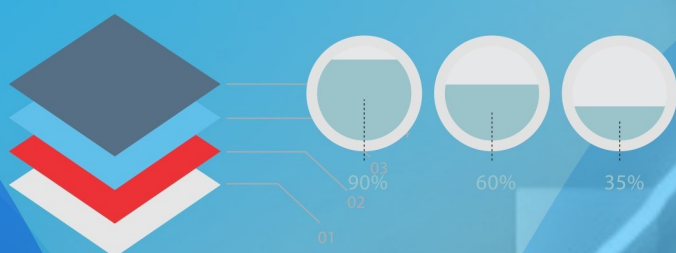
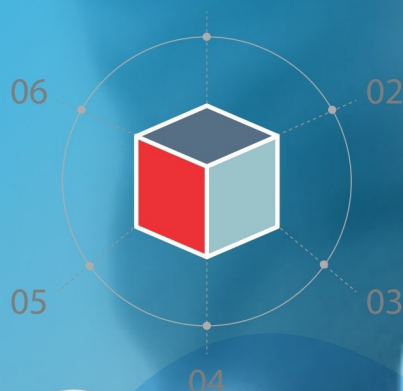
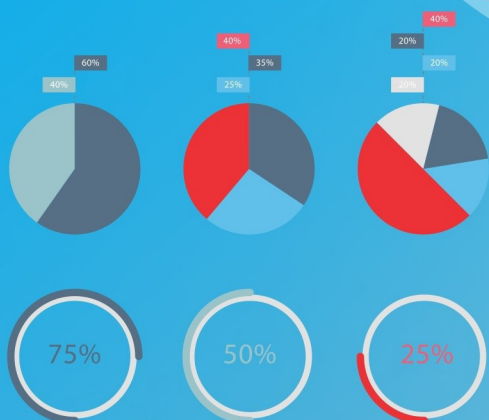


BOLETIM FISCAL

PRIMEIRO TRIMESTRE
2020

Unidade de Estudos e
Política Fiscal - UEPF



BOLETIM FISCAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Governo do Estado de Mato Grosso

Mauro Mendes Ferreira

Governador

Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ

Rogério Luiz Gallo

Secretário

Secretaria Adjunta do Orçamento Estadual – SAOR

Ricardo Roberto de Almeida Capistrano

Secretário Adjunto

Secretaria Adjunta da Receita Pública – SARP

Fábio Fernandes Pimenta

Secretário Adjunto

Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual – SATE

Luciana Rosa

Secretária Adjunta

Secretaria Adjunta da Contadoria Geral do Estado – SACE

Anésia Cristina Batista

Secretária Adjunta

Secretária Adjunta de Relacionamento com o Contribuintes – SARC

Maria Célia de Oliveira Pereira

Secretária Adjunta

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO BOLETIM

Unidade de Estudos e Política Fiscal - UEPF

Rogério de Oliveira e Sá

Coordenador Geral

E-mail: rogeriosa@sefaz2.mt.gov.br

EQUIPE TÉCNICA

Cleidiany Dias dos Santos

Dejane de Arruda de Carli Zambrim

Júnior José Amorim

Marcelo Correia

Michelle Cuiabano

Vallência Maíra Gomes

José Alberto Mattos Guimarães

Paulo Eduardo Gomes de Souza

Edilberto Moreira Santana

BOLETIM FISCAL TRIMESTRAL**(Jan-Mar)****Sumário**

Existe um consenso geral das instituições e organismos internacionais quanto a incerteza nos países e em seus governos sobre o impacto real no sistema de saúde, no número de vítimas e na economia causado pela pandemia do coronavírus. Este boletim, em grau de incerteza elevada procura estimar alguns efeitos, dentre eles aponta com base no relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), que a economia mundial deve ter queda do PIB de 3%, para o Brasil 5,3% e a estimativa para o produto interno de Mato Grosso estimado pela Unidade Estudos e Política Fiscal (UEPF/SEFAZ-MT) é de retração em 3,77% para o ano de 2020. Estima-se que as mais afetadas sejam as pessoas que trabalham sem carteira assinada (336 mil pessoas) e por conta própria (442 mil pessoas), somente as pessoas por conta própria deve perder a massa salarial de R\$884 milhões de renda habitualmente recebida no mês no estado. No dia 25 de março, a Assembleia Legislativa, atendendo à solicitação do Governador Mauro Mendes, editou o Decreto nº 424/2020 de calamidade pública. Amparado no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública dispensa o Governo de cumprir a meta fiscal definida na LDO até o fim do período de calamidade e, portanto, a sistemática de limitação de empenho e pagamento utilizada na sua execução. Ainda que este dispositivo “libere” o descumprimento da meta para a execução em áreas atuantes neste momento de crise (saúde, assistência social e segurança pública), este boletim irá apresentar a sua evolução, reforçando a necessidade de manter a disciplina fiscal agregada e a busca do equilíbrio fiscal.

Importante frisar que os dados apresentados até março ainda não refletem os impactos fiscais da pandemia da Covid-19 no governo estadual. Dessa forma, as mudanças provenientes do pacote econômico e das respostas do poder público à crise da Covid-19, somente poderão ser melhor avaliada e dimensionada no próximo boletim.

A receita total líquida teve uma performance melhor do que o previsto para o trimestre, com realização de 14,47%, embora apresente perdas substanciais no ICMS, IPVA e ITCD e taxas, em 15%, 26%, 20% e 19%, respectivamente. As despesas públicas tiveram aumento de 4,13%, a elevação se deu pelo aumento das outras despesas correntes que subiu 14,12%, enquanto que as despesas com pessoal e encargos sociais reduziu de 6,27% na comparação dos trimestres. O poder executivo segue alerta as oscilações da receita e controle das despesas, por conta disso fez o contingenciamento para buscar o equilíbrio orçamentário e cumprir o teto do gasto público previsto pela Emenda Constitucional nº 81/2017 no valor de R\$3,5 bilhões.

Do valor disponibilizado no orçamento, descontado o contingenciamento estima-se a execução de despesa primária pela EC nº 81/2017 no valor de R\$17,17 bilhões, a execução da despesa primária corrente até o trimestre já consumiu 23,28% do limite de teto do gasto, restando disponível para execução 76,72% do total de 18,17 bilhões para todos os poderes. Mesmo com a necessidade de uma série de medidas excepcionais que trará elevação do gasto público, em especial na área da saúde, é necessário persistir e seguir a orientação fiscal, cumprindo as metas fiscais para que o estado possa sair mais rapidamente da crise instalada em anos passados e que reflete nos dias atuais.

1. Conjuntura Fiscal

As metas fiscais servem para dar confiança à sociedade de que o governo garantirá as condições mínimas necessárias à estabilidade econômica e de serviços públicos essenciais. Como instrumento de finanças públicas, a programação orçamentária e financeira contribui para o cumprimento dessas metas previamente estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, ao longo do ano, as receitas e despesas do governo são monitoradas e avaliadas e, caso necessário, por conta de fatores econômicos adversos daquilo que foi previsto e de mudanças na legislação, os gastos devem ser limitados a fim de garantir o alcance dos resultados pré-definidos na LDO.

Um dos aspectos que afetam a estabilidade econômica e fiscal de um estado são os fatores exógenos, tais como: oscilação cambial, redução/aumento de taxa de juros e políticas externas que geram entraves ao comércio internacional. Recentemente, a eclosão da pandemia do coronavírus no mundo vem estabelecendo novos efeitos da saúde na economia, impondo aos países e seus estados medidas restritivas que afetam o equilíbrio da economia e das finanças públicas. Neste boletim, alguns cenários preliminares são analisado do ponto de vista econômico, em relação a questão fiscal, os efeitos só poderão ser melhor avaliados no próximo boletim.

O acompanhamento da Emenda Constitucional nº 81/2017 e da Lei Complementar nº 156/2016 que impõe um teto do gasto público para Mato Grosso, embora em período de elevada necessidade de elevação do gasto público, por conta do risco eminente de caos na saúde pública deve ser observado como instrumento para a retomada do equilíbrio fiscal no médio prazo, com a modulação de setores e poderes com maior potencial de contribuição para o equilíbrio fiscal.

As medidas recentemente implementadas pelo governo federal e estadual, se concentra grande parte em programas de transferências de renda, para trabalhadores informais, desempregados e famílias de baixa renda e de suporte na infraestrutura na saúde pública. Tais medidas poderão amenizar a crise econômica que se apresenta, cujos efeitos na arrecadação de impostos deverá ser bastante expressivo, comprometendo ainda mais a situação fiscal do estado. Por isso, ainda que exista no curto prazo uma necessidade de afrouxamento das medidas restritivas de gasto, dada a excepcionalidade, é preciso manter a disciplina fiscal agregada de médio prazo, por meio da adoção de medidas de curto prazo em setores não prioritários.

As seções a seguir apresenta aspectos da economia e das finanças pública estadual, também informa o cumprimento de metas e resultados fiscais alcançados neste primeiro trimestre do ano, que ainda não abarca os reflexos da pandemia do covid-19.

2. Perspectivas econômicas

As expectativas do PIB pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia mundial mudou drasticamente nos últimos três meses desde a publicação do World Economic Outlook, em janeiro¹ que abordou o tema “Estabilização provisória, ou recuperação lenta?”.

A pandemia de coronavírus, resultou na perda de um número relativamente grande de vidas humanas em vários países no mundo. À medida que os países implementam as quarentenas e práticas de distanciamento social necessárias para conter a pandemia, o mundo passa por um grande bloqueio no fluxo de transações comerciais. A magnitude e a velocidade do colapso da atividade que se seguiu é diferente de tudo o que foi experimentado em nossas vidas.

O FMI considerou a hipótese de que a pandemia e a retenção necessária atingem o pico no segundo trimestre para a maioria dos países do mundo e recuam no segundo semestre deste ano. Com base nessas premissas é que o World Economic Outlook de abril/2020², definida no capítulo I como “O Grande Bloqueio”, projeta um cenário com **decréscimo da economia global em 2020 e queda de 3%**. Esta é uma crise como nenhuma outra jamais registrado e há uma incerteza substancial sobre seu impacto na vida e nos meios de subsistência das pessoas em todas as nações do mundo.

O **Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta queda do PIB do Brasil em 5,3% para 2020**, com recuperação gradual a partir do próximo ano, projetando crescimento de 2,9% para 2021.

Tabela 1 – Impacto no crescimento econômico pelo COVID-19 em todas as regiões, 2020.

(real GDP, annual percent change)	2019	PROJECTIONS	
		2020	2021
World Output	2,9	-3,0	5,8
Advanced Economies	1,7	-6,1	4,5
United States	2,3	-5,9	4,7
Euro Area	1,2	-7,5	4,7
Emerging Markets and Developing Economies	3,7	-1,0	6,6
China	6,1	1,2	9,2
India	4,2	1,9	7,4
Russia	1,3	-5,5	3,5
Brazil	1,1	-5,3	2,9
Mexico	-0,1	-6,6	3,0

Fonte: FMI, abril-2020 (página 6-7). Adaptado.

A Consultoria 4E na publicação da revista RADAR 4E³ do mês de março, no acumulado de doze meses aponta que o PIB de Mato Grosso próximo de 4% para o ano de 2019, enquanto que a Unidade de Estudo de Política Fiscal (UEPF/SEFAZ) projeta queda de 0,18%, reafirmando o resultado negativo para a economia de Mato Grosso.

A expectativa para o produto interno bruto de Mato Grosso traçada pela UEPF/SEFAZ é de queda de 3,77% para o ano de 2020, considerando os efeitos iniciais da pandemia do coronavírus que ocorreu

¹ World Economic Outlook, January 2020: Tentative Stabilization, Sluggish Recovery? Disponível em < <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/01/20/weo-update-january2020> >.

² World Economic Outlook, April 2020: The Great Lockdown. Disponível em: < <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020> >

³ Consultoria 4E, Revista RADAR 4E. Disponível em: < http://www.4econsultoria.com.br/upload/arquivos/Radar/2003_Radar_eng.pdf >.

com o início do isolamento social no final de março de 2020, com a publicação de decretos municipais e estadual de distanciamento social.

As expectativas preliminares mostram que do ponto de vista econômico o impacto seria menor que a crise econômica e fiscal ocorrido entre os anos de 2015-2016, embora não se tenha elementos suficientes no momento que dimensione o impacto social, no emprego e na renda das famílias.

Caso a hipótese de deterioração da economia se confirme, teríamos por dois exercícios consecutivos queda (2019 e 2020), assim como ocorreu em anos anteriores com queda brusca na economia estadual, acompanhando a tendência nacional e mundial, o que tornaria mais difícil uma recuperação econômica no curto prazo, por isso, a estimativa para o ano de 2021 é de crescimento de 1,06% do PIB estadual.

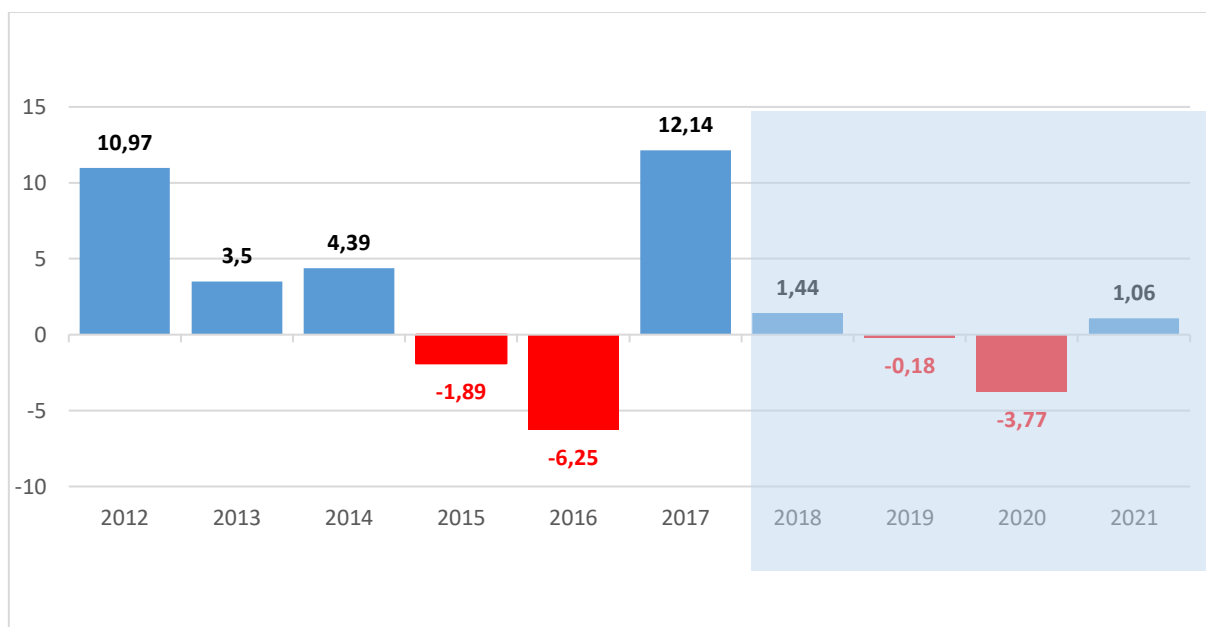


Gráfico 1 - PIB - variação real do PIB de Mato Grosso, 2012-2021. Em %.

Fonte: Projeção 2018-2021, UEPF/SEFAZ.⁴

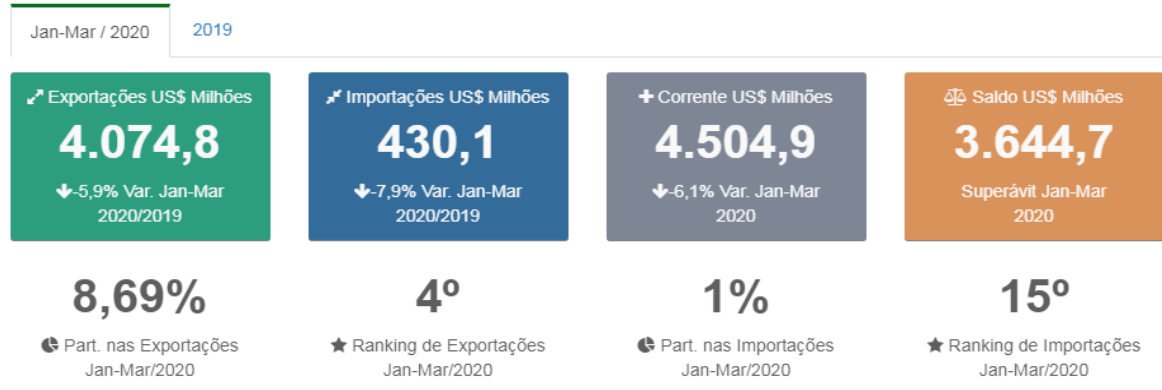
Ata da 229ª de Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, realizada entre os dias 17 e 18 de março de 2020 expõe uma preocupação com o cenário externo, causada pelo novo coronavírus que promove uma desaceleração significativa do crescimento global, queda nos preços das commodities e volatilidade nos preços de ativos financeiros.

As expectativas de inflação do IPCA para 2020, 2021 e 2022 de curto prazo (mediana top 5) levantadas pela pesquisa do Boletim Focus do Banco Central do dia 27 de março de 2020 encontram-se ancoradas em torno de 2,37%, 3,17% e 3,5%, respectivamente, dentro do limite estabelecido da meta de inflação. Para o câmbio, o cenário de crise promoveu um arrefecimento dos investidores no país, elevando a taxa de câmbio a patamares histórico nos últimos dias, para os anos de 2020, 2021 e 2022 a mediana fica em R\$4,50, R\$4,20 e R\$4,20, respectivamente.

As exportações do estado no primeiro trimestre de 2020 embora menor em torno de 5,9% (4ª posição) na comparação com o mesmo período do ano de 2019, segue com superávit, ocupando no resultado da balança comercial a 15ª posição no ranking nacional.

⁴ Para mais detalhes sobre as expectativas de mercado ver o Boletim Econômico nº 003 – Março de 2020 da UEPF/SEFAZ no endereço eletrônico: < <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/13861446-boletim-economico>>.

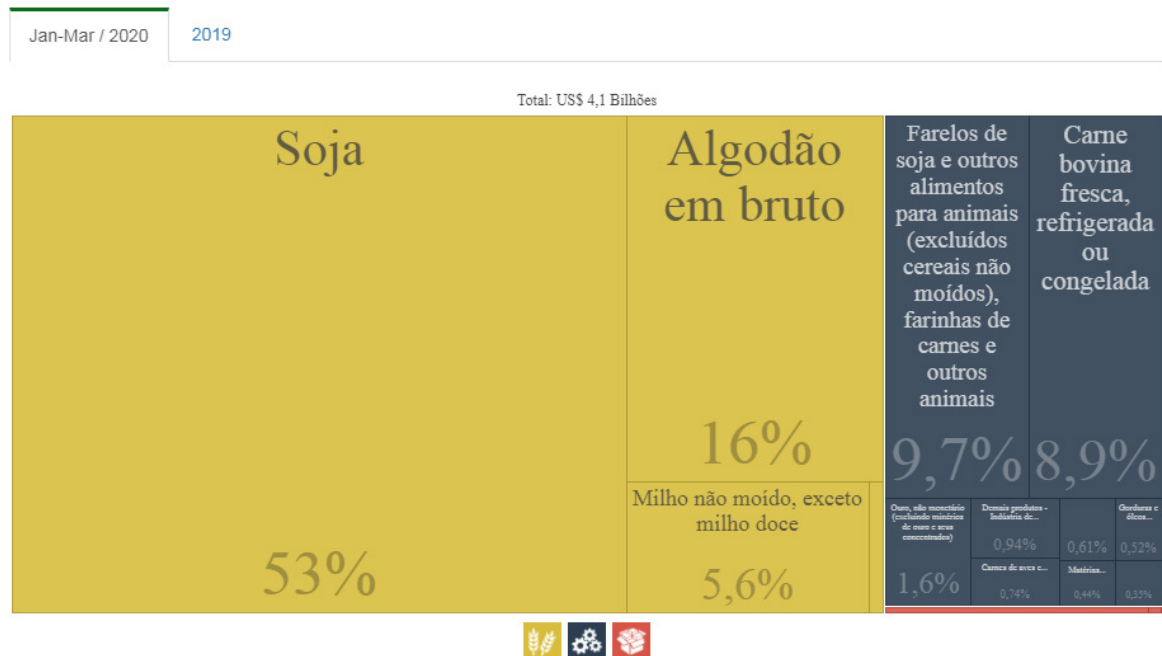
Mato Grosso: Exportações, Importações e Balança Comercial



Fonte: COMEX, jan-mar, 2020. MDIC.

O principal destino dos produtos exportado pelo estado continua sendo a China, sendo o principal produto o soja com 53% do total do valor de exportação, o segundo mais representativo o “algodão em bruto” com 16%, a carne bovina fresca, refrigerada ou congelada representou 8,9%.

Mato Grosso: Visão Geral dos Produtos Exportados



Fonte: COMEX, jan-mar, 2020. MDIC.

Mercado de trabalho e renda

Os dados do mercado de trabalho do estado de Mato Grosso vinham apresentando sinais de recuperação, com redução da taxa de desocupação (de 6,1% em 2016 para 4,3% em 2019) e aumento real de 3,2% dos rendimentos do trabalho no final de 2019⁵. Com a instalação da pandemia do coronavírus essa trajetória positiva deve ser revertida, a magnitude dessa reversão ainda não é possível estimar, o fato é que as pessoas que trabalham sem carteira assinada e por conta própria

⁵ Os dados se referem ao Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, segundo o sexo.

deverão ser as mais afetadas com a desaceleração da economia. Os parágrafos a seguir faz uma radiografia do mercado de trabalho e aponta o número de pessoas que poderão ser afetadas com o caos da COVID-19.

A população de Mato Grosso segundo os dados da PNAD Contínua Trimestral (4º trimestre de 2019) é estimada em 3,4 milhões de pessoas, das faixas etária distribuídas no gráfico seguinte 21,2% não faz parte da força de trabalho (731 mil pessoas), portanto não seriam afetados pela pandemia.

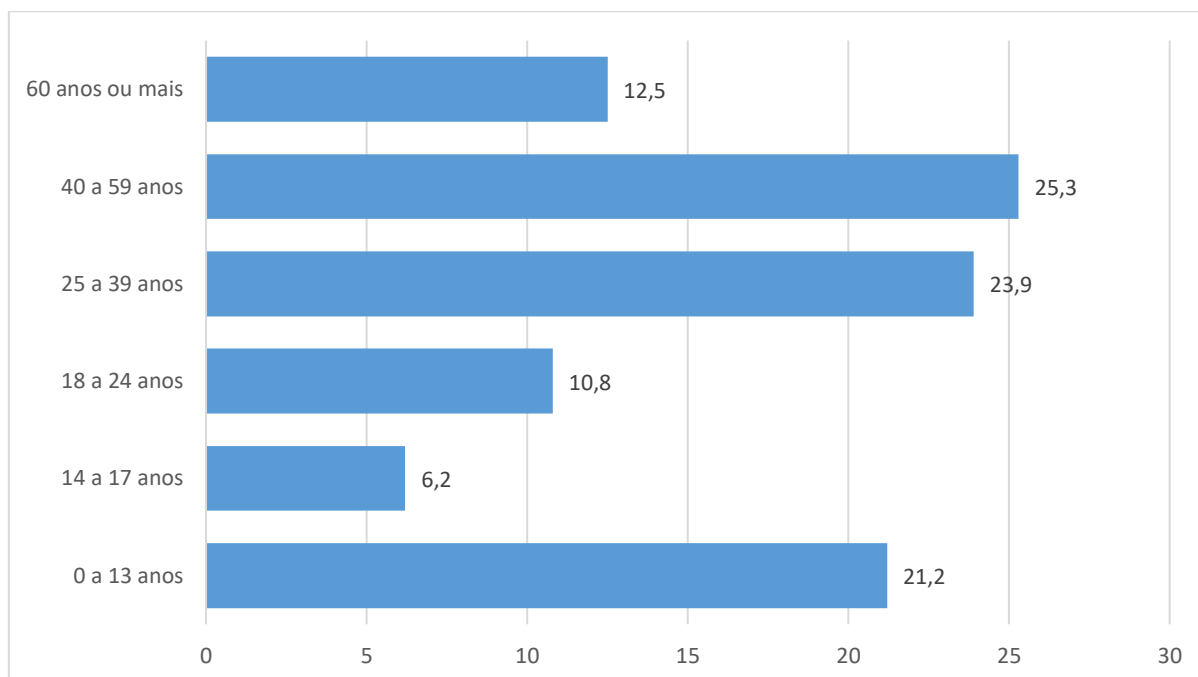


Figura 1 – Participação da estimativa populacional por faixa etária, Mato Grosso, 2019.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE.

Analisando os dados da PNADC apenas das pessoas com 14 anos ou mais, população pertencente a idade ativa (PIA), porém, nem todas essas pessoas compreende a força de trabalho. Segundo os dados do IBGE aproximadamente 33,4% pessoas na última pesquisa do ano de 2019, mais de 806 mil de pessoas com mais de 14 anos não estavam trabalhando ou procurando emprego, isso quer dizer que essas pessoas estão fora da força de trabalho no estado. As pessoas desocupadas, mas que estavam procurando emprego representam 116 mil (taxa de desocupação de 4,3%), no da crise econômica ocorrido em 2016 essa taxa foi de 6,1%.

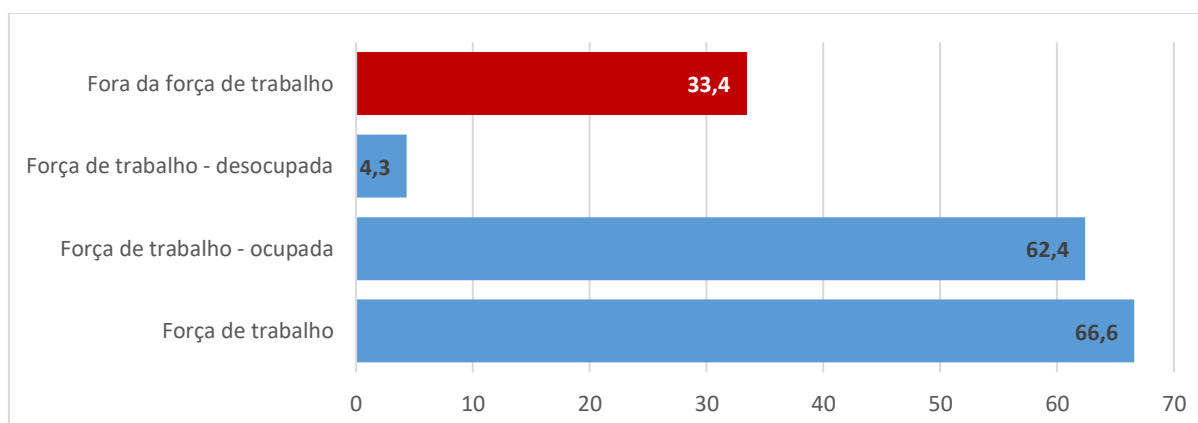


Figura 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação, Mato Grosso, 2019.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE.

O total de pessoas sem carteira assinada em 2019 estimada para Mato Grosso é de 336 mil pessoas, sendo estas de pessoas do setor privado 193 mil e 80 mil de empregado doméstico. O estado tinha mais de 639 mil pessoas trabalhando em empresa privada com registro formal do trabalho e 35 mil trabalhadores domésticos nessa condição de ocupação.

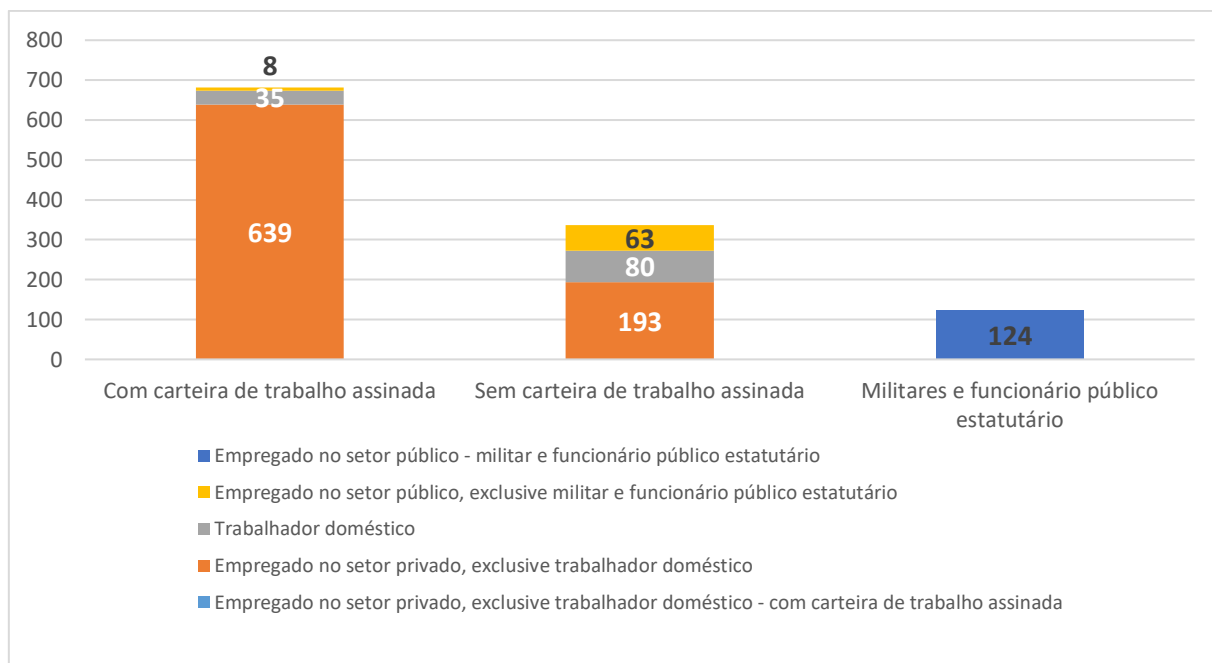


Figura 3 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Mato Grosso, 2019.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE.

Como o potencial de impacto da pandemia do coronavírus está direcionado principalmente para as pessoas que não possui carteira assinada e trabalham por conta própria, embora a hipótese de perder o emprego não esteja descartada neste momento, estima-se que número de trabalhadores por conta própria no estado com risco eminente de perda de renda seja de 442 mil pessoas, que auferia rendimento médio habitual de R\$2.001,00, isso representa uma massa salarial de R\$884 milhões mês, inevitavelmente essa perda trará prejuízo aos cofres público com a redução do consumo na economia.

Quadro 1 – Massa salarial e rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação no trabalho principal, 4º trimestre, 2019 – Mato Grosso.

Ocupação	Rendimento médio nominal mensal habitualmente recebido	Quantidade (mil)	Massa Salarial (mil)
Empregado	R\$ 2.114,00	1.142	R\$ 2.414.188,00
Empregador	R\$ 5.566,00	77	R\$ 428.582,00
Conta própria	R\$ 2.001,00	442	R\$ 884.442,00
Total	R\$ 2.244,00	1.661	R\$ 3.727.284,00

Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE.

A massa salarial total estimada pelo IBGE da atividade principal de pessoas ocupadas no estado é de R\$3,7 bilhões mês. O quadro a seguir revela a estimativa da ocupação principal de pessoas e rendimento médio habitual, importante frisar que cada atividade deve responder de uma forma particular, sem considerar o fato de que o tempo será determinante para a mensuração do prejuízo, contudo, algumas atividades listadas já sofrem com a paralização das atividades produtivas, o setor de

turismo por exemplo deve ser um dos mais afetados, o rendimento médio habitual da atividade relacionada a este setor Alojamento e Alimentação é de R\$1.743,00, empregando mais de 104 mil pessoas.

Quadro 2 – Massa salarial e rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação no trabalho principal, 4º trimestre, 2019 – Mato Grosso.

Atividade principal	Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês	Quantidade pessoas ocupadas (mil)	Massa Salarial (mil)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	R\$ 2.052,00	260	R\$ 533.520,00
Indústria geral	R\$ 2.015,00	166	R\$ 334.490,00
Indústria de transformação	R\$ 1.912,00	139	R\$ 265.768,00
Construção	R\$ 2.163,00	122	R\$ 263.886,00
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	R\$ 2.030,00	356	R\$ 722.680,00
Transporte, armazenagem e correio	R\$ 2.576,00	89	R\$ 229.264,00
Alojamento e alimentação	R\$ 1.743,00	104	R\$ 181.272,00
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	R\$ 2.833,00	149	R\$ 422.117,00
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	R\$ 3.378,00	254	R\$ 858.012,00
Outro serviço	R\$ 1.838,00	77	R\$ 141.526,00
Serviço doméstico	R\$ 920,00	116	R\$ 106.720,00
Atividades mal definidas	R\$ 2.613,00	1	R\$ 2.613,00
Total	R\$ 2.244,00	1.693	R\$ 3.799.092,00

Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE.

Portanto, trata-se de um momento de elevado grau de incerteza, essa situação permeia tanto a área da saúde pública, com a indefinição do fim da pandemia e o descobrimento da vacina, quanto a possíveis perdas de renda e emprego. A única certeza até o momento é de que as pessoas do mercado informal de trabalho perderão renda, tornando ainda maior a necessidade de proteção social.

3. Receitas do Governo Estadual

A tabela a seguir apresenta as receitas prevista e realizadas no 1º trimestre do exercício de 2020. Os dados indicam que a receita tributária composta de impostos, taxas e contribuições de melhoria foi 19,44% superior ao previsto para o trimestre, o resultado não reflete as restrições imposta para o controle da pandemia do COVID-19, que instalou-se no mundo, com o isolamento social. Embora, a principal receita do Estado o ICMS tenha tido performance pior do que o previsto (queda de 20,88%), em parte essa redução pode ser explicado pelo fraco desempenho dos segmentos de comércio e varejo, acompanham essa tendência de frustração as receitas do IPVA com 15,78% e as taxas de 19,85%.

Tabela 2 – Demonstrativo Trimestral das Receitas Estaduais

DESCRIÇÃO	LOA 2020			REALIZADO 2020			REALIZADO últ.12me
	Orçado Total (a)	JAN-MAR (b)	Part.% (b/a)	JAN-MAR (c)	Part.% (c/a)	Δ% Tri (c/b)	Abr19-Mar20 (d)
RECEITAS CORRENTES	17.503	4.119	23,53	4.919	28,1	19,44	19.046
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.796	3.181	23,06	3.794	27,5	19,28	14.823
IRRF	1.320	267	20,20	460	34,8	72,35	1.802
IPVA	914	326	35,61	274	30,0	-15,78	824
ITCD	106	23	21,48	17	15,8	-26,60	89
ICMS	17.973	4.050	22,53	3.204	17,8	-20,88	14.959
Taxas	221	56	25,11	45	20,1	-19,85	192
Renúncias	-6.739	-1.540	22,85	-205	3,0	-86,68	-3.043
Contribuições	2.842	587	20,66	938	33,0	59,80	3.262
Contribuições Sociais	893	73	8,13	189	21,2	161,17	869
Contribuição Econômica - FETHAB	1.764	473	26,84	705	40,0	48,93	2.143
Demais Contribuições Econômicas	185	41	22,19	44	23,5	6,07	250
Receita Patrimonial	145	36	24,80	27	18,9	-23,95	132
Receita Agropecuária	0	0	12,59	0	96,6	666,70	0
Receita Industrial	5	1	23,54	0	8,4	-64,29	4
Receita de Serviços	659	175	26,57	192	29,2	9,74	704
Transferências Correntes	4.729	1.342	28,38	1.301	27,5	-3,08	5.077
Outras Receitas Correntes	1.080	175	16,16	224	20,8	28,39	1.014
Demais Deduções da Receita Corrente	-5.753	-1.378	23,96	-1.558	27,1	13,03	-5.969
RECEITA DE CAPITAL	310	24	7,61	21	6,9	-9,75	1.114
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.288	487	21,28	358	15,7	-26,43	1.579
TOTAL GERAL DA RECEITA REALIZADA	20.100	4.629	23,03	5.299	26	14,47	21.739,45

Fonte: UEFP-SEFAZ/MT

Em relação às receitas de contribuições (sociais e econômicas), os dados apontam realização de R\$ 938 milhões, superior em 59,80% ao previsto para o trimestre, esse desempenho foi influenciado pelas contribuições sociais, que apresentaram variação positiva de 161,17%, comparado ao previsto. Além disso, convém destacar receita do FETHAB, compostas pelas commodities (soja, milho, algodão, carne, gado e madeira e combustíveis), que obteve desempenho positivo devido alta valorização do dólar e a manutenção das exportações dos produtos produzidos no Estado. A receita com Transferências Correntes alcançou R\$ 1,3 milhões, 3,08% inferior ao previsto no trimestre.

No desempenho geral, mesmo com a pandemia do COVID-19, afetando os principais países exportadores das commodities agrícolas de Mato Grosso, o estado fecha o 1º trimestre das arrecadações de receitas com saldo positivo de 14,47% superior ao previsto no trimestre.

A Secretaria de Receita Pública do estado de Mato Grosso com base no Boletim Receita Pública Estadual (Edição Especial nº 1 – Impactos da COVID-19) considera que a base tributária seja menor do que a média histórica no período de apuração (16/03 a 03/04/2020). O impacto total para o mês de abril deve ser de R\$286,6 milhões, sendo que para o período de abril-junho de 2020 o valor estimado pode chegar a R\$1,113 bilhão.

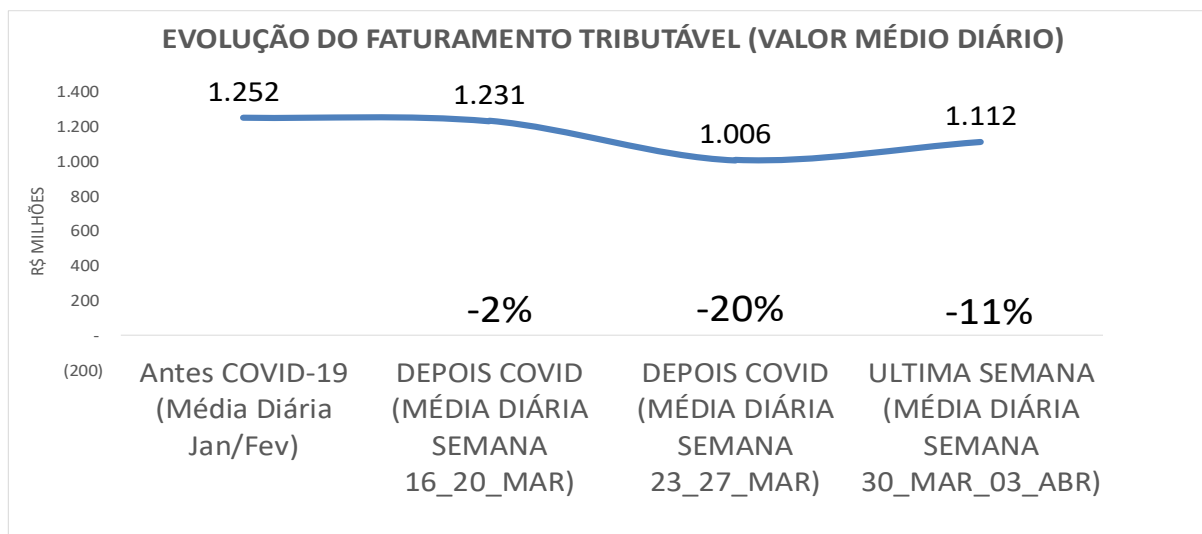


Figura 4 – Faturamento Tributável impacto da COVID-19 na receita tributária, Mato Grosso, 2019.

Fonte: Boletim da Receita Estadual, Edição Especial nº 1 – Impactos da COVID-19, SARP/SEFAZ-MT.

Na comparação da semana de referência (última semana 30/03 a 03/04) com a semana imediatamente anterior as principais retrações no faturamento nos segmentos industriais, varejo e veículo:

- a) Industriais: 14% na Agroindústria; 36% Indústria Frigorífica; 47% Indústria de Bebidas; 48% na Indústria de Etanol;
- b) 11% Varejo;
- c) 17% Veículo.

Com essa sinalização da pandemia a receita líquida reestimada para o exercício de 2020 com o valor de R\$19,05 bilhões, na comparação com a LOA 2020 prevê queda de 5,2%, as receitas correntes é posicionada com queda de 4,9%, totalizando o valor de R\$28,5 bilhões, as receitas de compensação entre regimes próprio e regime geral deve ser menor em 9,6% na comparação com a LOA.

Tabela 3 – Receita líquida do estado de Mato Grosso reestimada, 2020

	LOA 2020	LOA (reestimada)	Variação Percentual
Receita Líquida	20.099.792.467,02	19.055.680.305,22	-5,2%
Receitas Correntes	29.995.044.698,81	28.519.426.792,03	-4,9%
Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	892.566.678,42	865.386.313,18	-3,0%
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	40.338.715,58	36.475.691,29	-9,6%
Receitas de Capital	309.639.064,77	318.578.257,12	2,9%
Receita Intraorçamentária Corrente	2.287.649.182,40	2.185.651.409,78	-4,5%
Dedução-Receitas Correntes	-12.492.540.478,96	-11.967.976.153,71	-4,2%
Receita Corrente Líquida (RCL)	16.569.598.825,85	15.649.588.633,85	-5,6%

Fonte: UEPF/SARP/SEFAZ-MT, abril 2020.

4. Despesas do Governo Estadual

A tabela 4 apresenta os valores agregados das despesas previstas e empenhadas no 1º trimestre do exercício de 2020. A despesa total do Estado empenhada no 1º trimestre foi de R\$5,1 bilhão, 4,13% superior ao previsto para o trimestre. Representa o maior gasto, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais que somaram R\$3,1 bilhão, em termos relativos 6,27% inferior ao previsto.

Tabela 4 - Demonstrativo Trimestral das Despesas Estaduais

DESCRIÇÃO	LOA 2020			REALIZADO 2020			REALIZADO últ.12me
	Orçado Total (a)	JAN-MAR (b)	Part.% (b/a)	JAN-MAR (c)	Part.% (c/a)	Δ% Tri (c/b)	Abr19-Mar20 (d)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.671	3.401	23,18	3.188	21,73	-6,27	13.483
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	394	98	25,0	96	24,3	-2,72	573
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.266	1.337	31,3	1.525	35,8	14,12	3.942
INVESTIMENTOS	1.151	36	3,1	276	24,0	666,96	1.172
INVERSOES FINANCEIRAS	6	3	56,3	0	0,5	-99,05	1
AMORTIZACAO DA DIVIDA	444	111	25,0	109	24,5	-2,17	1.649
RESERVA DE CONTINGENCIA	2	1	31,6	0	0,0	-100,00	0
TOTAL GERAL DA DESPESA EMPENHADA	20.935	4.987	23,8	5.193	24,8	4,13	20.820

Fonte: UEPF-SEFAZ/MT. Nota: 1 – O valor realizado se refere a despesa empenhada.

Em relação às outras despesas correntes, necessária para manutenção e funcionamento da máquina pública, tais como: viaturas, medicamentos, hospitais, repasses unidades escolares, energia, combustíveis, entre outros, os dados apontam registro de R\$ 1,5 bilhão, cerca de 14% superior ao projetado para o trimestre. Os investimentos, em que pese evidenciar uma variação percentual expressivo, cerca de 667%, decorre da aplicação de recursos em “obras e instalações” que consumiram 69,24% das despesas com investimentos realizados no Estado de Mato Grosso no trimestre e pode sinalizar uma retomada dos investimentos. Por fim, as despesas com Juros, Encargos e Amortização da Dívida pública Estadual, que totalizaram R\$204,4 milhões, cerca de 4,8% inferior do que o previsto no trimestre.

5. Resultado Fiscal

O resultado fiscal é a diferença entre a arrecadação tributária e os gastos públicos em um determinado período, por isso é necessário que o poder público analise e divulgue seus resultados que estão estabelecidos em lei, tais como: resultado primário, orçamentário e de endividamento, além do desempenho quando a arrecadação da receita pública. A análise a seguir foi com base nos dados e informações apresentadas pelas unidades responsáveis previsto no artigo nº 58 do Decreto nº 399/2020 de Execução Orçamentária e Financeira.

O resultado primário é um componente do resultado fiscal, pelo resultado é possível verificar se ocorreu superávit ou déficit nas contas públicas estaduais, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), anexo 14 do 2º bimestre indica que a meta de resultado primário previsto na LDO era R\$649.015.491,26, o resultado apurado até o bimestre foi de R\$1.267.401.462,43, reflexo das medidas de controle do gasto com o contingenciamento de R\$3.548.620.688,44 promovido em todos os grupos de despesas das unidades do poder executivo, isso equivale a 21,41% da receita corrente líquida reestimada para o exercício de 2020.

O demonstrativo de repasse financeiro é um importante instrumento para acompanhamento do Resultado Fiscal, visando dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilização dos recursos financeiros para as unidades. Para o 1º trimestre de 2020, segundo a Secretaria Adjunta do Tesouro estadual- SATE/SEFAZ-MT, o repasse para o pagamento das obrigações de despesas total foi de 3,3 bilhões, esse valor é equivalente a 7% a menos do que o previsto no trimestre na programação financeira.

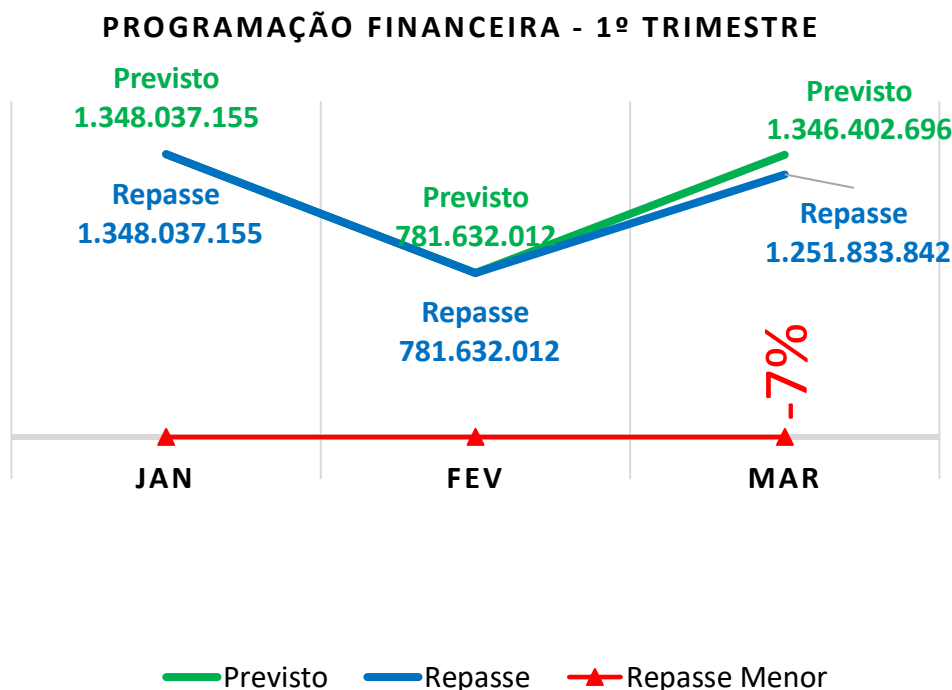


Figura 1 – Resultado da programação financeira no primeiro trimestre, 2020.

Fonte: SATE/SEFAZ-MT.

Outro ponto importante a destacar no trimestre é a contabilização do endividamento do setor público de exercícios anteriores. Na tabela 5, o **comparativo do saldo de resto a pagar até o trimestre**

em relação a receita corrente líquida anual ficou menor neste trimestre. Nota-se que em 2019, o RP no trimestre representou 16% da RCL, no mesmo trimestre de 2020 representou apenas 9%. Em termos relativos na comparação entre os anos e mesmo período, houve uma redução de 7% pontos percentuais no comprometimento do saldo de resto a pagar em relação a receita corrente líquida.

Tabela 5 - Comparativo Saldo de Resto a Pagar no Trimestre em relação a Receita Corrente líquida Anual, 2019 - 2020.

	2019	2020
Saldo de Resto a Pagar no Trimestre	2.693.227.045	1.422.392.994
Receita Corrente líquida*	17.154.484.294	16.569.598.754
RP/RCL %	16%	9%

Fonte: Para 2020 informação do RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I), FIP 226. Nota: A receita corrente líquida reestimada para o exercício de 2020.

Limites de despesa primária – Lei Complementar Federal nº 156/2016

A lei complementar estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, condicionada à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

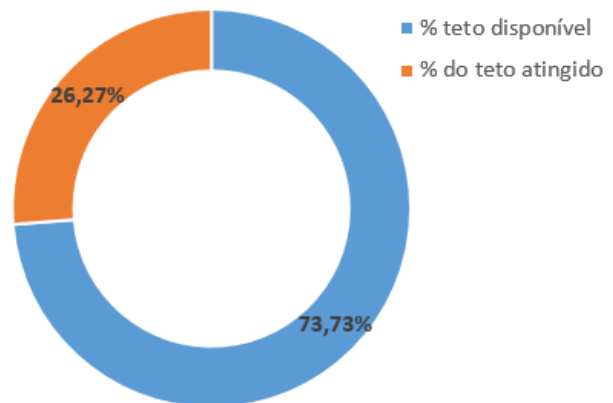
Limite para 2020

R\$ 17.228.544.270,80

Valor utilizado até o trimestre de 2020

R\$ 4.526.493.768,15

Limite LC 156 para 2020



Emenda Constitucional Estadual nº 81 (EC 81) - Limite dos gastos públicos

A Emenda Constitucional nº 81 (EC 81), de 15 de dezembro de 2017, estabeleceu o Regime de Recuperação Fiscal - RRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Mato Grosso, o qual vigorará por cinco exercícios financeiros, a partir do exercício de 2018. O PRF fixa limites individualizados para o Poder Executivo, Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do art. 51, o método para sua apuração. O artigo 52 estabelece que ao final do último exercício financeiro do Regime de Recuperação Fiscal, as despesas primárias correntes do Estado deverão representar, **no máximo, 80% (oitenta por cento)** das receitas primárias correntes realizadas.

A - Limite para 2020

R\$ 18.178.133.671,10

B - Valor utilizado até o trimestre de 2020

R\$ 4.231.330.018,82

C - Valor estimado para o ano de 2020

R\$ 17.171.504.513,92

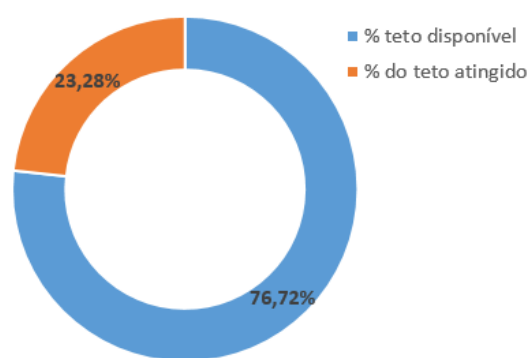
D - Receita primária estimada para o ano de 2020

R\$ 17.395.335.175,57

E - Comprometimento da receita primária (E = C/D)

98,71%

Limite EC 81 do ESTADO para 2020



Notas: 1- Valor estimado após contingenciamento; 2 - Valor utilizado com base no empenho.

O desempenho fiscal depende da performance do resultado orçamentário, que diga-se de passagem é alcançado pelo sucesso orçamentário. A unidade adjunta do orçamento da secretaria de fazenda adota o Indicador Sucesso da Execução Orçamentária (ISEG), detalhada por unidade orçamentária como parâmetro avaliativo. O quadro a seguir traz o resultado global das unidades setoriais, o indicador varia de 0 a acima de 1,61, sendo ótimo os intervalos entre (0,91 a 1,09), conforme quadro abaixo.

O resultado geral do estado no 1º trimestre de 2020 ficou em 0,51 e sinaliza uma deficiência na execução orçamentaria, com 86,79% das unidades classificada neste nível, espera-se que a reorganização do orçamento no início do ano pelo contingenciamento esse indicador possa melhorar nos próximos trimestres.

Quadro 3 – Resultado do Indicador de Sucesso da Execução Orçamentária (ISEO), primeiro trimestre, 2020.

Descrição	Intervalo	Sinalizador	Nº Unidades	Participação%
Altamente deficiente	De 0 a 0,4	Vermelho	6	11,32
Deficiente	De 0,41 a 0,6	Laranja	46	86,79
Regular	De 0,61 a 0,8	Amarelo	1	1,89
Bom	De 0,81 a 0,9	Verde		0,00
Ótimo	De 0,91 a 1	Azul		0,00
Ótimo	De 1,01 a 1,09	Azul		0,00
Bom	De 1,1 a 1,2	Verde		0,00
Regular	De 1,21 a 1,4	Amarelo		0,00
Deficiente	1,41 a 1,6	Laranja		0,00
Altamente deficiente	Acima de 1,61	Vermelho		0,00
Total			53	100,00

Fonte: Secretária Adjunta de Orçamento Estadual- SAOR/SEFAZ/MT. Nota: O indicadores é resultado da ponderação de três indicadores: **Indicador 1 (I1)** = razão entre orçamento liquidado e o orçamento disponível atualizado; **Indicador 2 (I2)** = razão entre o montante de créditos suplementares (conf. Lei de nº 4.320/64) e o orçamento inicial da UO; **Indicador 3 (I3)** = razão entre o montante de realocações orçamentárias e o orçamento inicial da UO; e **Indicador 4 (I4)** = razão entre o montante de alterações do quadro de despesa orçamentárias (QDD, alterações tipo 400) e o orçamento inicial da UO.

5. A pandemia do coronavírus e seus impactos

A situação do estado com relação ao coronavírus é menos delicada em relação aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, no entanto, demanda cuidado e atenção total das autoridades de saúde. No Boletim Informativo nº 24 (Situação Epidemiológica SRAG e COVID-19) da Secretaria de Estado de Saúde, encerrados em 31 de março de 2020 tínhamos 291 casos notificados, 10 casos confirmados e hospitalizados, e zero óbito. Atualmente, temos 344 casos confirmados, 13 óbitos e uma taxa de letalidade de 3,8% extraído na data de 04/05/2020.⁶ Ainda não se tem de forma clara as medidas que serão adotadas além do isolamento social nos próximos dias e quanto isso custaria aos cofres públicos.

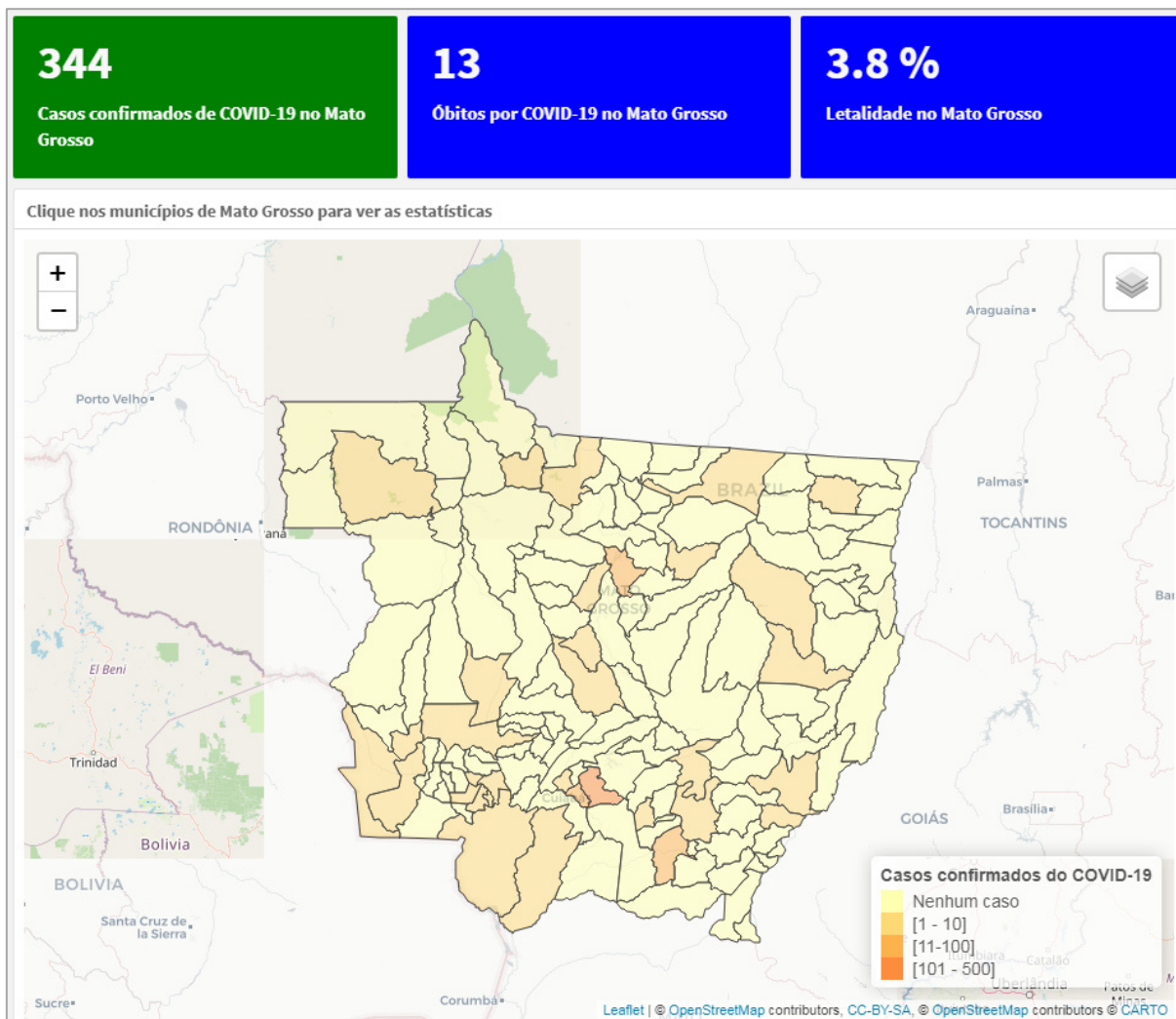


Figura 2 - Mapa da COVID-19 do Estado de Mato Grosso, atualizado em: 04/05/2020.

Nesta pandemia existe grupos que defende o isolamento radical (*lockdown*), que equivale a proibição de viagens, movimentação de pessoas e qualquer forma de comércio, exceto em atividades extremamente essenciais. Enquanto que outros grupos de pesquisadores avaliam medidas restritivas com certa flexibilidade, com abertura do comércio e setores com menos poder de contágio do vírus coronavírus.

⁶ Informação disponível em: < <https://rpubs.com/rogeriocba2/covid19mt2> >

Segundo a equipe de pesquisadores da *Imperial College de Londres* caso o Brasil adotasse a estratégia de isolamento radical poderia conter o novo coronavírus e salvar até 1 milhão de vidas, com esse cenário de restrições, as mortes poderiam chegar a 44 mil. Por outro lado, existem grupos a favor da flexibilização e defende medidas menos rígidas, com atuação exclusiva na proteção social do chamado grupo de risco. Em geral, esse grupo defende a abertura econômica, tendo em vista que os impactos perpassam os aspectos da saúde, atingindo o emprego e renda das famílias, argumentam também que a demora na retomada das atividades produtivas ocasionariam uma quebra generalizada dos estados e da economia.

Essas duas formas de lidar com a COVID-19 nos leva a pensar qual a melhor estratégia para sair da quarentena? Como definir o melhor caminho? Qual o custo de vidas humanas e social o estado e a população estaria disposta arriscar? O professor **Neale Ahmed El-Dask** em post no blog <http://www.pollingdata.com.br/> no dia 20 de abril de 2020, criou um simulador⁷ com dados da PNAD e da saúde (leitos de UTI, número de óbitos), e estabeleceu alguns fatores para a decisão, que depende do peso a ser dado a cada variável envolvida, mas que leva em consideração a salvação de vidas, a disponibilidade de leitos e aspectos gerais da economia.

Na simulação que fizemos consideramos a hipótese de liberação de todas as atividades produtivas, inclusive as informais fora do domicílio, em relação a flexibilização de pessoas, permitido apenas para as faixas etárias (10-19; 20-29; 30-39 e 40-49), as demais faixa etária em isolamento social e a última hipótese estabelecida é de que 100% dos estudantes permaneça em casa, com atividades online. Com esse cenário teríamos 981 mil pessoas da força de trabalho disponível trabalhando, o que representa 36% da força de trabalho total no último trimestre de 2019. Nesse cenário mais de 1,1 milhão de pessoas estariam expostas ao vírus e 19,1 mil internadas com a possibilidade de 30 mortes pelo coronavírus.

Quadro 2 - Cenário Coronavírus Estado de Mato Grosso – Medidas de Flexibilização.

Local de Domicílio	População total na área	Pessoas da Força de Trabalho Trabalhando	Número de estudantes estudando	Pessoas expostas ao Coronavírus	Pessoas Internadas por causa do Coronavírus	Número de leitos existentes	Mortes causadas pelo Coronavírus
Capital	606.608	164.129	0	195.050	3.160	2.030	5
Resto da RM	313.894	86.613	0	104.692	1.595	598	2
Resto da UF	2.468.417	730.575	0	891.619	14.393	4.528	23
Total MT	3.388.919	981.317	0	1.191.361	19.148	7.156	30

Nota: Os valores se referem a estatísticas adicionais de flexibilização social.

Evidente que tais resultados deve ser acompanhado de medidas protetivas, como a prevenção e sensibilização da população que retornariam para a atividade produtiva, com essa medida adicional os impactos acima poderiam ser amenizados, quanto isso poderia custar? Fizemos uma simulação simples, não inclui o custo da tecnologia a ser empregado:

A utilização da força de trabalho disponível de desempregados e autônomos com o esforço humanitário, mediante um voucher social de R\$600,00 para 3 a 4 horas de dedicação na semana (5 dias), assim como a ajuda de voluntários para a disponibilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI), como

⁷ O simulador pode ser acessado no endereço a seguir: < http://www.pollingdata.com.br/app_corona/ >.

mascaras e a higienização das pessoas em empresas e locais com alta taxa de aglomeração (orientada por decisões técnica da saúde) poderia ajudar na contenção do contágio e na eficácia da estratégia de liberação gradual da economia. A integração dos entes públicos (União, Estados e Municípios) coordenada por forças de segurança e equipe epidemiológicas poderiam ajudar nesse período da pandemia, se considerar que 120 mil pessoas possam auxiliar neste trabalho de sensibilização e proteção no estado de Mato Grosso, o custo da remuneração seria de R\$72 milhões para 30 dias, a disponibilização de EPI's e processo de higienização, considerando o custo unitário de R\$4,5 com até quatro medidas preventiva para o público exposto de 1,19 milhão resultaria num custo total de R\$21,4 milhões a mais aos cofres público. Além disso, seria preciso o uso de tecnologia com uso de aplicativo para monitorar as regiões de contágio, assim como o deslocamento da força humanitária para atuação mais eficaz. Logo o **custo parcial seria de R\$93,4 milhões para a proteção do grupo exposto ao risco.**

6. Recomendações

Em análise dos dados da arrecadação e das despesas pública no primeiro trimestre, vislumbra um cenário controlado no nível estadual com o contingenciamento efetuado até o momento, mas um futuro com elevado grau de incerteza quanto eficácia das medidas já adotadas e sobre a possibilidade de socorro aos estados com a aprovação da PEC do Orçamento de Guerra que tramita no congresso nacional. Medidas adicionais somente devem ser tomadas depois do monitoramento das receitas e da despesas no trimestre seguinte (abril-junho), assim como, do resultado da aprovação do orçamento de guerra que apresentará o valor a ser destinado ao estado e sua contrapartida, sendo estes os fatores relevantes que deve orientar e redirecionar a política fiscal do estado.